



17 DE FEVEREIRO DE 2017

Sexta-feira

- ATENÇÃO INVESTIDORES: 2017 SERÁ O ANO DO RETORNO DAS ABERTURAS DE CAPITAL À BOLSA
- BRASIL RECEBERÁ RECURSOS DA AL-INVEST PARA AJUDAR 500 EMPRESAS A COMEÇAR A EXPORTAR
- INDÚSTRIA CONTRATA APÓS 12 MESES
- RECURSOS PARA FINANCIAMENTO DE VEÍCULOS DEVEM CRESCER 5,5% EM 2017, PREVÊ ANEF
- CONFIANÇA DE EMPRESÁRIOS DA INDÚSTRIA ATINGE MELHOR NÍVEL DESDE SETEMBRO, DIZ CNI
- CRISE PODE SER OPORTUNIDADE PARA CRESCIMENTO DE EMPRESAS DISPOSTAS A SE REINVENTAR
- RECEITA VAI AMPLIAR FISCALIZAÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA POR EMPRESAS
- ARTIGO: EMPRESÁRIOS NÃO PRECISAM DE MULETA, MAS DE CONDIÇÕES PARA FAZER NEGÓCIOS
- E-COMMERCE RESISTE À CRISE E CRESCE 7,4% EM 2016
- ITAÚ ULTRAPASSA O BANCO DO BRASIL E SE TORNA O MAIOR DO PAÍS
- BRASIL PODE VIRAR UMA VENEZUELA SE NÃO APROVAR REFORMA TRABALHISTA, DIZ PRESIDENTE DO TST
- MINISTRO REAFIRMA QUE REFORMA TRABALHISTA PODE CRIAR ATÉ 5 MILHÕES DE EMPREGOS
- RELATOR DA REFORMA DA PREVIDÊNCIA PEDE QUE SE EVITE DISCURSO PANFLETÁRIO
- REFORMA TRABALHISTA: MINISTRO POLEMIZA EM AUDIÊNCIA PÚBLICA

- URBS PRETENDE REDUZIR NÚMERO DE COBRADORES PARA BAIXAR TARIFA EM CURITIBA
- URBS QUER DIMINUIR TEMPO DE VALIDADE DAS PASSAGENS NO CARTÃO-TRANSPORTE
- REFORMA PREVIDENCIÁRIA ENFRENTA RESTRIÇÕES DENTRO DA BASE ALIADA
- PEQUENO INVESTIDOR PRECISA SER CUIDADOSO
- TEMER COBRARÁ DO BANCO DO BRASIL AUMENTO DA OFERTA DE CRÉDITO
- POR QUE O MUNDO DO COBRE ESTÁ PARALISADO PELA GREVE NO CHILE
- Brasil será destaque em fusões neste ano, diz PwC
- FORD MANTÉM PLANO DE ABRIR FÁBRICAS NO MÉXICO APÓS CANCELAR INVESTIMENTO
- ESTE É O CARRO ELÉTRICO QUE VAI DESBANCAR A TESLA?
- PORSCHE CRESCER 36% EM 2016 E QUER MAIS
- RENAULT PROJETA 2017 ESTÁVEL COM EXPORTAÇÃO EM ALTA
- CONTINENTAL TESTA PNEU DE CARGA FEITO COM BORRACHA DE DENTE-DE-LEÃO
- VOLKSWAGEN TEM NOVA DIRETORA JURÍDICA NO BRASIL
- BANCOS DE MONTADORAS PROJETAM LEVE RECUPERAÇÃO EM 2017
- SIMPLIFICAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO PODE SER VOTADA ESTA SEMANA
- GERDAU INVESTE NA INDÚSTRIA 4.0 E INOVA POR MEIO DO PROJETO USINA DIGITAL
- GERDAU: IOT COM GE
- PRODUÇÃO DE AÇO BRUTO CRESCE 2,4% EM NOVEMBRO NA COMPARAÇÃO ANUAL

| CÂMBIO EM 17/02/2017 | | |
|---------------------------------|---------------|--------------|
| | Compra | Venda |
| Dólar | 3,102 | 3,103 |
| Euro | 3,306 | 3,307 |

Fonte: BACEN

Atenção investidores: 2017 será o ano do retorno das aberturas de capital à bolsa

17/02/2017 - Fonte: Gazeta do Povo

Ciclo viria naturalmente na esteira da melhora da economia. Para os investidores, são vários aspectos a avaliar antes de apostar nas novatas. A Gazeta do Povo reuniu algumas dicas



2017 marcará o retorno dos IPOs à bolsa. Essa é a aposta dos analistas e tem como base a melhora na economia.

Neste mês de fevereiro, a Movida, empresa de aluguel de veículos, estreou na BM&FBovespa. A primeira oferta pública inicial de ações (IPO, na sigla em inglês) de 2017 quase ocorreu junto com a de uma concorrente, a Unidas, e sob a sombra de uma terceira competidora que tem feito bem a sua lição de casa, a Localiza.

Apesar da queda na estreia – as ações da Movida passaram de R\$ 7,50 para R\$ 7,11 –, a empresa movimentou um total de R\$ 645,17 milhões. “A união de duas ofertas e a desconfiança com a competição no setor deixou os investidores receosos [a Unidas cancelou, em cima da hora, a oferta de ações prevista para o último dia 10 de fevereiro].

Muita gente simplesmente não gosta desse setor e pode ter achado as ações caras”, arrisca o analista da Empiricus Research, Bruce Barbosa. Mais do que isso, ele e outros analistas ligados a bancos e corretoras não falam porque é preciso respeitar o período de silêncio (previsto antes e depois da oferta de ações por instruções normativas da Bovespa que exigem cuidado com o que é divulgado para não instigar o público a investir no IPO).

Com certo otimismo, porém, os analistas e o próprio o diretor presidente da Bovespa, Edemir Pinto, insistem que 2017 é mesmo o ano em que as empresas voltarão a olhar a abertura de capital na bolsa com bons olhos.

Segundo Barbosa, a bolsa sempre reflete a antecipação do que o mercado em geral está pensando sobre a economia brasileira. “Estamos vendo o mercado olhando para o segundo semestre de 2017 e [também para] 2018, quando teremos juros menores, a economia voltando a crescer e as empresas voltando a investir”, explica ele. “Em 2016, a bolsa subiu olhando [para] uma menor probabilidade de o Brasil quebrar. Este ano, estamos olhando a possível melhora da economia”, resume Barbosa.

O analista da Clear, corretora do Grupo XP, Raphael Figueredo, diz que é “um ciclo natural”.

“O fato é que é o empresário, o controlador, que está na linha de frente da economia real. Ele é quem tem nas mãos as informações e os estudos para entender o que pela frente. E aí um pequeno sinal de melhora [com inflação e taxa de juros em queda]

combinado a algumas sinalizações do Planalto, como a aprovação da PEC do Teto e da colocação das reformas em pauta, faz com que esse empresário volte a procurar a bolsa, e não um banco, para financiar a sua empresa”.

“Acredito, inclusive, que é um ciclo natural que trará o investidor pessoa física de volta para a bolsa. É claro que quando digo isso, eu que vivi o período de boom entre 2006 e 2008, estou olhando para frente, de agora para uns cinco anos. Mas sou bastante otimista em relação a isso”, explica Figueredo.

Não há um setor específico que concentre essa possível oferta de ações em 2017. Mas há, como já era esperado, fundos de *private equity* (que investem em empresas já consolidadas como forma de prepará-las para a abertura de capital na bolsa) que chegaram no momento certo para de sair de cena, ou seja, vender suas participações e terem um retorno do investimento feito. Esse é o caso da Unidas, que tem 45% de suas ações nas mãos dos fundos Kinea, Gavea e Vinci.

No último dia 14, a empresa de medicina diagnóstica Hermes Pardini também estreou na bolsa, com mais sucesso que a Movida. A empresa movimentou R\$ 213,5 milhões e fechou o dia com alta de 8,95%, com ações cotadas a R\$ 20,70. O objetivo da empresa é usar os recursos obtidos para expandir o negócio, via aquisições ou abertura de novas unidades.

Aos investidores: cada caso é um caso

Além das empresas já mencionadas, Carrefour e Caixa Seguridade, instituto de seguros da Caixa Econômica Federal, Azul e Lojas Americanas também estão entre as cotadas para fazer IPO em 2017.

Os analistas, não há fórmula mágica para avaliar as empresas estreantes na bolsa. “É complicado criar um guia para algo complexo como analisar uma empresa. (...) E sempre existe algo diferente em cada situação que merece análise específica. É aqui que pode morar o perigo em uma oferta”, observa Barbosa.

Um bom sinal para o investidor, segundo Figueredo, é quando a empresa se inscreve na listagem de Novo Mercado na bolsa – categoria em que a Hermes Pardini entrou, por exemplo. “Quando a empresa entra querendo participam da listagem de novo mercado, significa que ela, voluntariamente, está assumindo que terá um nível maior de governança corporativa, isso significa que haverá, por exemplo, mais transparência, em comparação com uma empresa de Nível 2, que não tem esse compromisso maior.”

Ainda que cada caso seja um caso, a reportagem montou algumas dicas para dar uma ideia do que o investidor precisa avaliar antes de apostar em algumas empresas novatas na bolsa. **Confira:**

Lição de casa

Antes de considerar a possibilidade de investir numa empresa que está abrindo seu capital na bolsa de valores, é preciso avaliar alguns fatores. Eles não garantem que o investimento nessas empresas dará certo, mas ajudam a evitar grandes enrascadas:



As empresas informam como vão usar o dinheiro que vão captar na bolsa. Aquelas mais promissoras são aquelas que priorizam os investimentos, porque isso mostra que elas querem e devem estar preparadas para alçar voos mais altos.

Se as empresas estiverem pensando em apenas “repartir das ações”, ou seja, dar a oportunidade para que parte dos atuais acionistas negociem seu papéis, a chance de que o IPO apresentará preços altos, com o objetivo de garantir o retorno para esses acionistas é grande. E esse motivo não deve ser, a priori, um objetivo do investidor.



A relação entre o preço da ação e o lucro por ação da empresa – chamada de preço-lucro – é o índice mais usado para avaliar se as ações lançadas no mercado estão caras ou baratas.

Essas são informações presentes no prospecto do IPO. Basta, então, comparar a empresa com suas concorrentes de capital aberto. Quanto menor a relação entre preço e lucro por ação, mais barata a ação da empresa e, portanto, mais atraente ela é para o investidor.

A melhor escolha, porém, não é necessariamente apenas a menor relação preço-lucro. O que a comparação vai realmente mostrar são as relações absurdas, empresas das quais é melhor fugir.

Exemplo: segundo um estudo da Empiricus feito para a revista Exame, 23 incorporadoras que abriram capital na bolsa entre 2004 e 2011 tiveram relações de preço-lucro que chegaram a 100, enquanto a média na bolsa é de cerca de dez.



É preciso olhar também o histórico de crescimento da empresa, a geração de caixa, o nível de endividamento e a margem de lucro. Se o comportamento desses itens estiverem na média ou ainda acima do restante do setor é porque a empresa pode ser uma boa aposta mesmo.

Se os itens analisado estiverem abaixo da média do setor é preciso investigar mais, saber quais são os planos da empresa para reverter alguns dos quadros apresentados. Se ainda restar dúvidas ou as estratégias não forem sólidas, é melhor não apostar na empresa.



De forma geral, os analistas recomendam fugir de empresas que ainda são consideradas pré-operacionais – a exemplo de algumas do empresário, agora detido pela Operação Lava Jato, Eike Batista. A justificativa é que é melhor não acreditar apenas em projeções.

Outro aspecto importante é o perfil dos gestores da empresa que está fazendo o IPO. Se o gestor estiver respondendo a processos na Justiça ou na Comissão de Valores Mobiliários, apostar na empresa dele pode ser uma fria.

193 empresas listadas

Com a adesão do Hermes Pardini ao Novo Mercado, são agora 193 empresas listadas nos segmentos diferenciados de governança corporativa da BM&FBovespa: 131 no Novo Mercado, 19 no Nível 2, 28 no Nível 1, 13 no Bovespa Mais e 2 Bovespa Mais Nível 2.

Brasil receberá recursos da AL-Invest para ajudar 500 empresas a começar a exportar

17/02/2017 - Fonte: Diário do Grande ABC

O Rota Global terá parceiros na Argentina e na Espanha. Iniciativa contará com R\$ 1,2 milhão da União Europeia para apoiar as empresas.



O Programa AL-Invest 5.0 divulgou, nesta quarta-feira (15), os 15 projetos da América Latina que contarão com recursos europeus para fomentar a internacionalização de empresas na região.

O projeto brasileiro é o Rota Global, que será desenvolvido pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) em parceria com a União Industrial Argentina (UIA) e o Parque Tecnológico de Extremadura na Espanha (Fundecyt-Pctex). A iniciativa ajudará 500 indústrias a começar a exportar e terá R\$ 1,2 milhão em recursos.

Por meio da Rede Brasileira de Centros Internacionais de Negócios (Rede CIN), coordenada pela CNI, o Rota Global oferecerá consultoria completa para empresas não exportadoras empreenderem no mercado internacional, com diagnóstico, desenho de estratégia de exportação e acompanhamento da execução do plano.

Em julho, será aberto o prazo para indústrias interessadas se inscreverem. Negócios de todos os portes, setores e estados poderão participar.

A meta é traçar o diagnóstico de 500 empresas, desenvolver planos de negócios para 200 delas e, ao final do projeto, em 2018, ter ao menos 100 novas empresas com operação concreta de exportação.

Por ser fruto de uma parceria internacional, o Rota atenderá indústrias no Brasil (75%), na Argentina (20%) e na Espanha (5%). Nacionalmente, a execução do projeto contará com o apoio dos Centros Internacionais de Negócios das federações de indústrias dos estados e do Distrito Federal.

RECURSOS EUROPEUS - O AL-Invest é um Programa da Comissão Europeia para fomentar a produtividade e a competitividade de MPMEs, na América Latina como

forma de combater a pobreza e a desigualdade social. Na segunda convocatória da quinta edição, foram disponibilizados 4,9 milhões de euros para financiar projetos na região.

Indústria contrata após 12 meses

17/02/2017 - Fonte: Diário do Grande ABC



A indústria do Grande ABC inverteu tendência em janeiro e voltou a ter saldo positivo entre demissões e contratações, novidade nos últimos 23 meses. A última vez em que resultado semelhante havia sido registrado na região foi em janeiro de 2015.

Firmas do setor no Grande ABC encerraram janeiro com variação positiva de 0,08% no volume de empregados, percentual gerado pela criação de 150 empregos. Para efeito de comparação, o mesmo mês do ano passado terminou com variação negativa de 0,56%.

Os dados são da pesquisa da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) em parceria com a Ciesp (Centro das Indústrias do Estado de São Paulo).

Empresários da indústria analisam a variação positiva com prudência. "É preciso ter cautela na análise de dados isolados", posiciona-se o segundo vice-diretor do Ciesp de Diadema, Donizete Duarte da Silva.

Quando se trata do acumulado dos últimos 12 meses, o dado é, de fato, desanimador: aproximadamente 19 mil postos de trabalho foram dizimados na região entre janeiro de 2016 e o último mês, baixa de 9,63%. Em números absolutos, significa que cerca de 52 trabalhadores foram demitidos por dia no período.

Das sete cidades do Grande ABC, Diadema e São Caetano foram as únicas a fechar janeiro no vermelho, com variação negativa de 0,25% e 2,41%, respectivamente. As diretorias regionais do Ciesp em Santo André e São Bernardo finalizaram o último mês com índice positivo de 0,86% e 0,44%, respectivamente. A diretoria regional do Ciesp em Santo André também representa as cidades de Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra.

O nível de emprego industrial em São Caetano foi influenciado pelas variações negativas de 5% para veículos automotores e autopeças e 1,42% para produtos de borracha e material plástico. Já em Diadema o principal vilão foi o setor de produtos alimentícios, que apresentou queda de 4,10%.

Na avaliação de Silva, falta melhorar a formação de profissionais. "Precisamos pensar mais na qualificação profissional dos trabalhadores e dos jovens que trabalharão no futuro.

Acredito que a indústria nunca mais vai ser como era, já está mais do que na hora de as empresas se aproximarem das universidades. Caso contrário, apenas robôs vão ocupar as nossas linhas de produção", explica.

Para o primeiro vice-diretor da Ciesp São Caetano, Milton Francisco, a queda nas vendas da GM (General Motors) na cidade pode ter provocado efeito em cadeia. "Ao contrário de São Bernardo, que é muito maior e possui várias montadoras, a nossa cidade sofre porque muitas pessoas que trabalhavam lá passaram a consumir menos. Vale lembrar que São Caetano não tem muitas indústrias, mas acredito também que essa queda não se deve somente a isso".

CAPITAL

O nível de emprego industrial na Capital apresentou resultado positivo em janeiro. A variação ficou em 0,19%, o que em números significa aumento de cerca de 700 postos. Em comparação com o mesmo mês do ano passado, houve melhora. Na época, janeiro encerrou com percentual negativo de 0,5%. Porém, no acumulado dos últimos 12 meses, teve queda de 6,56%, equivalente a 26.650 postos a menos.

Recursos para financiamento de veículos devem crescer 5,5% em 2017, prevê Anef

17/02/2017 - Fonte: Tribuna PR

O volume de recursos liberados pelos bancos para financiamentos de veículos deve crescer 5,5% em 2017, para R\$ 86,7 bilhões, estima a Associação Nacional das Empresas Financeiras de Montadoras (Anef). Para o saldo de financiamento, a entidade espera avanço de 2,5%, para R\$ 166,7 bilhões.

"No primeiro semestre, o mercado deverá manter o ritmo, pois o nível de confiança da população continua baixo e ninguém quer comprometer sua renda ou ficar inadimplente. Depois, nossa expectativa é de crescimento no volume de negócios, mais ainda muito inferior ao de anos anteriores", avaliou o presidente da Anef, Gilson Carvalho.

Em 2016, segundo o Banco Central (BC), foram liberados R\$ 80,2 bilhões, queda de 9,9% em relação a 2015.

"O fraco desempenho da economia impactou fortemente a concessão do crédito ao consumidor", disse Carvalho. "Ao mesmo tempo em que os bancos, em razão do aumento do risco, foram mais rigorosos, consumidores optaram por adiar suas compras com medo de não quitar sua dívida", continuou.

Confiança de empresários da indústria atinge melhor nível desde setembro, diz CNI

17/02/2017 - Fonte: Tribuna PR

A confiança dos empresários da indústria atingiu o melhor nível desde setembro do ano passado, de acordo com dados da Confederação Nacional da Indústria (CNI). O Indicador de Confiança do Empresário Industrial (Icei) aumentou 3 pontos entre janeiro e fevereiro e chegou ao patamar de 53,1 pontos.

Nessa pesquisa, leituras acima de 50 indicam otimismo e números inferiores sinalizam prevalência do pessimismo. Em janeiro, o indicador registrava 50,1 pontos. Em relação a fevereiro do ano passado, quando estava em 37,1 pontos, o Icei aumentou 16 pontos. Apesar da alta, o dado segue abaixo da média histórica de 54,1 pontos.

“A falta de confiança está menos intensa e menos disseminada. Os empresários percebem que o pior ficou para trás”, disse Marcelo Azevedo, economista da CNI, em nota divulgada pela entidade.

Em fevereiro, houve melhora em todos os itens que compõem o indicador de confiança. O índice de expectativas, em que os industriais falam sobre suas impressões sobre os próximos seis meses, subiu 2,8 pontos em relação ao mês passado e chegou aos 57,5 pontos.

As expectativas em relação à economia do País atingiram 53,7 pontos, ante 50,2 pontos em janeiro. E as expectativas em relação à própria empresa avançaram para 59,4 pontos, ante 56,9 pontos no mês anterior.

Os indicadores que mostram a avaliação dos empresários em relação às condições atuais, em que os empresários comparam o presente com os últimos seis meses, ainda permanecem abaixo dos 50 pontos.

O índice de condições atuais atingiu 44,7 pontos, ante 41,2 pontos em janeiro. A avaliação sobre a situação atual da economia brasileira subiu para 43,4 pontos, ante 38,2 pontos em janeiro. E a avaliação a respeito da própria empresa chegou a 45,5 pontos, ante 42,8 pontos no mês passado.

Entre os vários segmentos da indústria, o índice de confiança é mais forte na indústria de transformação (53,8 pontos), seguida da extrativa (52,6 pontos) e de construção (50,9 pontos). Por ramo, a confiança está mais alta entre a indústria calçadista (59,7 pontos), depois biocombustíveis (58,2 pontos) e de perfumaria (56,9 pontos).

Dos 32 setores considerados, apenas sete ficaram abaixo dos 50 pontos, menos que os 21 registrados em janeiro. Os piores resultados foram da indústria de produtos minerais não metálicos (45,9 pontos), outros equipamentos de transporte (47,2 pontos) e serviços especializados para construção (47,5 pontos).

Por porte da empresa, companhias pequenas continuam mais pessimistas, com índice em 49,2 pontos, mas houve melhora em relação a janeiro (46,3 pontos). As médias e as grandes registraram, respectivamente, 52,2 pontos e 55,5 pontos.

A pesquisa ouviu 3.080 empresas em todo o Brasil entre os dias 1º e 13 de fevereiro. Do universo pesquisado, 1.222 são pequenas empresas, 1.159 são médias e 699 são de grande porte.

Crise pode ser oportunidade para crescimento de empresas dispostas a se reinventar

17/02/2017 - Fonte: Tribuna PR

Os momentos de crise podem ser também uma oportunidade de crescimento e reinvenção de um negócio; para isso, é preciso repensar os processos e a forma de se trabalhar. Em cenários de instabilidade econômica, as soluções devem ser pautadas pela criatividade e pelo baixo investimento.

Na visão de Ricardo Ribeiro, diretor da Profit Consultoria e especialista em Compras e Negociação, toda mudança apresenta desafios a serem enfrentados. Uma forma eficaz de se mapear os riscos e oportunidades, assim como traçar os objetivos, metas e ações de curto e longo prazo, é a elaboração de um Planejamento Estratégico (P.E.) eficiente e cuidadoso.

“O P.E. é a melhor ferramenta para uma empresa que precisa se reposicionar, pois permite entender profundamente sua situação presente, definindo onde pretende chegar, identificando com clareza o mercado em que atua e também suas forças e fraquezas, além de propor ações compatíveis com esse novo cenário”, explica.

Ainda que o Planejamento Estratégico signifique um novo caminho a ser seguido pela empresa, a essência da organização pode permanecer a mesma. Em outras palavras, isso significa que, ao se reinventar, um negócio mantém sua missão e valores intactos, mas alterando a maneira como o público o percebe no mercado. Para Ribeiro, a chave para que o P.E. seja realmente eficaz – ao ser colocado em prática – está na adoção de novas atividades e abertura para inovações e melhorias.

Resultados rápidos

É imprescindível lembrar que o Planejamento Estratégico é uma ferramenta focada no longo prazo; contudo, objetivos e ações traçados a curto e médio prazo auxiliam a empresa a melhorar seus resultados já nos primeiros meses após sua implementação. Nesse sentido, devem ser priorizadas as ações que trazem resultados rápidos e de menor custo, reduzindo os impactos e prejuízo causados pela crise.

Segundo Ricardo Ribeiro, inicialmente as necessidades emergenciais recebem mais atenção e concentração de esforços por meio de ações concretas e de rápida implementação. Outro ponto destacado pelo consultor: todo planejamento deve ser revisado a cada cinco anos, “tendo em vista a instabilidade político-institucional e a volatilidade do cenário econômico brasileiro”.

Além disso, o monitoramento constante e rotineiro do P.E. é um elemento essencial para obterem-se resultados positivos.

Experiência

A elaboração de um Planejamento Estratégico adequado, e que atenda às necessidades urgentes de mudança de uma organização, depende também de um profissional capacitado para ajudar a implementá-la.

A visão de um profissional de fora da empresa, que traga novas ideias e experiências, é fundamental na condução do processo de elaboração do P.E. Para que se chegue a resultados diferentes, é necessário mudar a forma de pensar e de agir.

Com mais de 30 anos de experiência, Ricardo Ribeiro presta consultoria e assessoria para a elaboração, execução e monitoramento do P.E. em todas as suas etapas.

Receita vai ampliar fiscalização de contribuição previdenciária por empresas

17/02/2017 - Fonte: Tribuna PR

A Receita Federal vai ampliar em 2017 a fiscalização da contribuição previdenciária paga pelas empresas. Um dos focos dos auditores será as empresas exportadoras que foram desoneradas. As empresas que têm trabalhadores expostos a riscos do ambiente de trabalho e que pagam uma contribuição maior à Previdência Social também estão no alvo da Receita.

No plano anual de fiscalização, que será anunciado na próxima semana, as empresas desoneradas da folha de pagamentos serão priorizadas. A Receita identificou indícios de que as companhias exportadoras, que também possuem atividade voltada para o mercado doméstico, estariam “desviando” a folha de trabalhadores para o lado

exportador da empresa, que é desonerado da contribuição com a finalidade de pagar menos tributo.

Cerca de 14 mil empresas que se declaram falsamente serem optantes do Simples, sistema simplificado de tributação, que permite um pagamento bem mais baixo da contribuição previdenciária, já caíram na malha fina da Receita. Elas terão 60 dias para se explicar à Receita e regularizarem a situação. Se elas não o fizeram, serão autuadas a partir de maio. O tamanho da fraude chega a R\$ 511 milhões. A multa pode chegar a 225%.

Para a Receita, a complexidade do modelo de desoneração da folha criado no País abriu brechas para a sonegação fiscal. Desde o ano passado, a Receita montou uma força-tarefa com a elite dos auditores fiscais do País para investigar fraudes tributárias praticadas pelas empresas que foram contempladas pela desoneração da folha de pagamentos, benefício que começou em 2014.

Segundo o subsecretário de fiscalização da Receita, Iágaro Jung Martins, a arrecadação da contribuição tem caído depois da desoneração, aumentando o rombo das contas da Previdência. Para o secretário, a fraude das empresas que se declaram do Simples é "primária" diante do sistema de cruzamento da Receita, mas mostra o alcance das fraudes.

Essas empresas se declararam como optante do Simples na Guia de Recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social (GFIP) e assim não apuraram a Contribuição Patronal de 20%, nem o valor do Grau de Incidência de Incapacidade Laborativa Decorrente dos Riscos do Ambiente de Trabalho (GILRAT) sobre o valor da folha de salários.

O aperto na fiscalização ocorre no momento que o tamanho das renúncias previdenciárias está no centro das discussões da proposta da reforma da Previdência. Só no ano passado as renúncias representaram 30% do déficit da Previdência de R\$ 149,7 bilhões.

Artigo: Empresários não precisam de muleta, mas de condições para fazer negócios

17/02/2017 - Fonte: Folha de S. Paulo



A política industrial é a estratégia de intervenção para fomentar setores que, na ausência da política, não existiriam ou ficariam atrofiados quando à sociedade interessa que existam. Política industrial corrige alguma falha de mercado.

Acemoglu e Robinson dizem: "No mundo real, as economias são crivadas por falhas de mercado, de modo que um governo benevolente e onipotente pode intervir bastante de forma sensata".

Fontes de energia limpa –solar, por exemplo– seriam viáveis se os consumidores pagassem todos os custos da energia suja (térmica, por exemplo). Deixado à própria sorte, o mercado entrega menos energia limpa do que a sociedade gostaria.

A poluição é mais cara do que a diferença de custos entre as energias solar e térmica. Subsidiar a energia solar é bom negócio para a sociedade, ainda que não o seja para o produtor sem subsídio.

Nesse nível de generalidade, a ideia é sólida. Daí a justificar a escalada dirigista são outros quinhentos.

Metade do crédito passou a ser direcionada pelo governo para setores que julga meritórios. As justificativas eram vagas ou erradas. Entre as vagas: "Adensar a cadeia produtiva". Entre as erradas: "Obras no exterior empregam engenheiros brasileiros". Faltava engenheiro no Brasil.

A outra metade, que toma emprestado no guichê sem ajuda, paga a conta na forma de juro mais alto.

Há mais de 40 regimes tributários especiais para setores "estratégicos". Não faltou isenção tributária para estimular o investimento. Qual a falha de mercado em cada caso?

Os sem-isenção, na fila do ponto de ônibus e do SUS, pagam a conta.

A escalada dirigista não corrigiu falhas de mercado. Comprometeram-se as contas do governo sem aumentar a capacidade de produção. A produtividade patinou, e a conta veio na forma de uma recessão brutal.

Acemoglu e Robinson também dizem: "Quem já encontrou um governo benevolente e onipotente?".

O empresariado reclama com razão. Oferecemos capital caro (para os que estão no guichê errado), legislação trabalhista engessada, sistema tributário kafkiano, burocracia e infraestrutura precária.

Aí reparamos com isenções tributárias, empréstimos subsidiados (no guichê correto) e políticas de proteção (como conteúdo local). Para compensar a calçada esburacada, criamos uma muleta disfarçada de política industrial.

O certo é consertar a calçada e retirar a muleta: simplificar a estrutura tributária, avançar na reforma trabalhista, reduzir o custo de fazer negócios e diminuir, para todos e de maneira sustentável, a taxa de juro (e com isso o custo de capital para o investimento). Essa é a agenda do crescimento sustentável.

Boa notícia: já começamos. O controle da inflação permitirá a queda do juro.

A alocação do crédito subsidiado melhorou. A nova política operacional do BNDES tem critérios claros para a concessão de empréstimos subsidiados. A fração de financiamento com juro subsidiado é mais alta para projetos de energia limpa e saneamento, cujo benefício social é claramente maior do que o privado (há falha de mercado). A fração dos projetos com empréstimo subsidiado diminuiu, e o subsídio está mais horizontal.

A política do BNDES se aproximou das práticas de bancos de desenvolvimento como o KfW alemão. O KfW tem políticas horizontais, taxas de juros de mercado e subsídio

para casos em que há falhas claras de mercado (energia renovável e mobilidade, por exemplo). Não há estímulo para o conteúdo local.

A agenda que permite retirar a muleta está em curso. Avancemos com cautela pois a calçada segue esburacada, mas avancemos. O país tem grandes empresários que não precisam de muleta, mas sim de condições adequadas para fazer negócio.

(João Manoel Pinho de Mello- Economista trata de temas menos frequentes no debate econômico).

E-commerce resiste à crise e cresce 7,4% em 2016

17/02/2017 - Fonte: Gazeta do Povo

Aumento das vendas via smartphones e melhora da economia devem fazer o comércio digital voltar a crescer na casa de dois dígitos ainda neste ano



E-commerce curitibano do grupo Adisive cresceu 133% em 2016 Marcelo Andrade/Gazeta do Povo

Apesar de ter registrado a menor taxa de crescimento dos últimos seis anos, o comércio eletrônico brasileiro resistiu à crise e deve voltar a aumentar o faturamento na casa dos dois dígitos a partir deste ano.

A retomada será impulsionada pela venda através de smartphones, que chegará a um terço do total das compras feitas pela internet, e pela melhora da economia, que fará com que mais pessoas migrem do varejo físico para o digital.

Segundo relatório divulgado pela Ebit nesta quinta-feira (16), o e-commerce cresceu 7,4% em 2016 e faturou R\$ 44,4 bilhões. Foi a menor taxa de evolução registrada desde o início desta década, quando o setor crescia acima de 20%.

O resultado foi influenciado, principalmente, pela crise econômica, que fez com que consumidores brasileiros de baixa renda reduzissem a sua participação nas compras eletrônicas. Uma evidência disso é a inédita redução no volume de pedidos, que teve um declínio de 0,2%.

Mas, mesmo com a desaceleração, o setor foi um dos poucos da economia que conseguiu ter crescimento real durante a recessão. O volume de vendas do varejo caiu 6,2% no acumulado do ano, enquanto a redução do e-commerce foi de apenas 0,2%. Já a receita nominal do varejo subiu 4,5%, valor que ficou abaixo da inflação do período, de 6,29%.

O e-commerce continua um canal atrativo porque tem maior sortimento de produtos, é mais fácil de encontrar o que se procura e, em geral, oferece preços mais baratos Gustavo Santos professor da Business School São Paulo (BSP)

“Obviamente que a crise fez com que o resultado do faturamento fosse de um dígito. Mas o e-commerce vive em outra dinâmica. Tem muita gente comprando pela internet atualmente, em busca de melhores condições de compra e das facilidades de usar o smartphone para fazer o pedido”, afirma Pedro Guasti, CEO da Ebit, instituição que divulga o balanço do e-commerce nacional.

No ano passado, 48 milhões de consumidores compraram através de um site de comércio eletrônico pelo menos uma vez no ano. O número representou uma alta de 22% em relação a 2015. Em média, cada pessoa fez 2,2 compras, a maioria em itens de linha dura, como celulares e televisores, o que levou o ticket médio a crescer 8% e ficar em R\$ 417. E os smartphones e tablets responderam por 21,5% das transações realizadas.

Passos largos

O desempenho positivo em grande parte dos indicadores leva os analistas a acreditar que o e-commerce pode voltar a crescer a passos largos já neste ano. A Ebit projeta que o setor vai crescer 12% em 2017, com um faturamento de R\$ 49,7 bilhões e aumento de 4% no número de pedidos. Já para os próximos anos, o avanço pode ser ainda maior e chegar a até 20%.

Um dos fatores que impulsionaria a retomada do setor seria o fim da recessão. “Com a retomada do crescimento [da economia brasileira] e o início da redução do desemprego, há a possibilidade de o setor voltar a crescer de 15% a 20%”, explica Guasti.

O fim da crise fará com que mais pessoas migrem do varejo físico para o digital, o que aumentaria a base de consumidores ativos, com consequente aumento do faturamento e do volume de pedidos do setor. “A gente vai perceber uma recuperação mais forte do e-commerce quando melhorar as condições para a classe C”, comenta Gustavo Santos, professor do Certificate in Sales da Business School São Paulo (BSP).

Outro fator que ajudaria na evolução do setor é o smartphone, que facilita o acesso aos sites de comércio eletrônico e agiliza a compra. O Ebit projeta que as transações através de dispositivos móveis devem chegar a 32% do total de compras feitas através da internet neste ano. “O smartphone já é uma realidade. Os grandes players do mercado já mudaram para o modelo mobile first, em que você constrói o site para funcionar no celular e apenas adapta para as outras telas”, afirma Santos.

Desafios

Para continuar a crescer a taxas altas nos próximos anos, o e-commerce terá de superar dois desafios. O primeiro é a infraestrutura de internet do país. O número de linhas de celulares com tecnologia 4G deve chegar a 90 milhões neste ano, mas a conexão ainda utiliza a faixa 2,5 GHz, que tem alcance mais curto e é suscetível a obstáculos, o que diminui a velocidade. O ideal seria utilizar a faixa de 700 MHz, que está ocupada pela televisão aberta.

O segundo desafio é mudar o comportamento do consumidor e levar ele a comprar bens não duráveis pela internet. Até então, os itens mais comprados em termos de faturamento são eletrodomésticos, smartphones e eletroeletrônicos. O ideal seria aumentar a venda das outras categorias, como alimentação e produtos de higiene pessoal.

E-commerce curitibano cresce 133% em 2016

O grupo curitibano Adsive, que trabalha com comunicação visual, papel de parede e adesivos decorativos, aproveitou o período de crise econômica para aumentar seu

canal de venda. E não se arrependeu. A empresa lançou seu e-commerce em 2015 e, no ano passado, a plataforma cresceu 133% ao ver seu faturamento sair de R\$ 380 mil e alcançar R\$ 890 mil em 2016.

“Lançamos o e-commerce para ser apenas mais um canal de vendas, com expectativa de representar de 15% a 25% do faturamento. Em pouco tempo, o canal se destacou e hoje é responsável por 40% do faturamento do grupo”, afirma Luiz Fernando Natal, fundador e sócio do grupo Adrive.

A principal estratégia adotada para tornar a marca curitibana conhecida nacionalmente e fazer o e-commerce crescer foi a parceria com influenciadores digitais. A empresa contratou blogueiras e pessoas com vários seguidores no YouTube e nas redes sociais para divulgar os seus produtos. O foco eram os influenciadores ligados à decoração e ao movimento “Faça você mesmo”.

“Começamos enviando produtos gratuitamente para eles experimentarem. Depois, fechamos a parceria e fizemos ações com os influenciadores para mostrar que com R\$350 você consegue mudar a cara de um quarto”, explica Natal.

Outra ação foi colocar um mix de produtos mais acessíveis, compatíveis com o momento econômico. Antes, os produtos custavam mais de R\$ 100 e era comum o consumidor visitar a loja on-line e não fechar a compra. Depois, a empresa lançou produtos a partir de R\$ 15 e conseguiu aumentar o número de visitas diárias para cerca de 7 mil.

As táticas deram resultado e fizeram a marca crescer mesmo durante a crise e acima do próprio e-commerce, que faturou R\$ 44,4 bilhões em 2016 e teve alta de 7,4%. Para este ano, o comércio eletrônico da Advise projeta ter uma alta de 45% e chegar a R\$ 1,2 milhão de faturamento.

Fim do varejo físico?

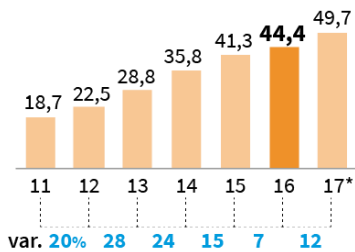
O varejo físico está, cada vez mais, sucumbindo ao e-commerce. Nos Estados Unidos, a Macy's, uma das principais redes de departamento do país, anunciou que vai fechar neste ano 68 lojas e demitir 2 mil funcionários para se adaptar às novas preferências dos consumidores, que estão migrando para o on-line.

A Aeropostale, outra grande rede americana, pediu falência porque teve dificuldades de se adaptar à competição on-line. Segundos dados do Business Insider Intelligence, o número de transações on-line nos EUA aumentou em 115 milhões entre 2015 e 2016 e 20 milhões de pessoas passaram a comprar pela internet no mesmo período, com o número de consumidores total do e-commerce chegando a 224 milhões de pessoas.

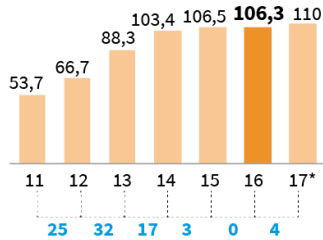
Resiliência à crise

O e-commerce foi uma das poucas atividades econômicas que cresceu em 2016, impulsionado pelo aumento da venda via dispositivos móveis e por oferecer mais opções de produtos a preços menores do que o varejo físico. Confira os principais resultados do balanço de 2016:

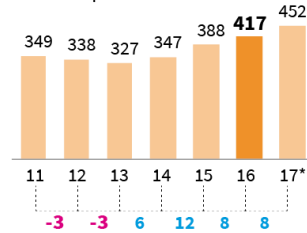
Evolução
Faturamento
Em R\$ bilhões



Em milhões



Em R\$

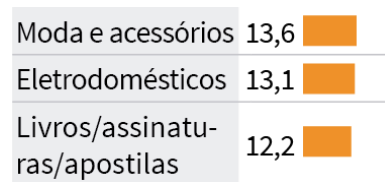


*projeções

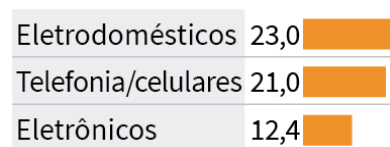
Categorias mais vendidas em 2016

Em volume de pedidos

Em %



Em %



Perfil



48 **milhões** de consumidores compraram no comércio eletrônico ao menos uma vez

43 **anos** é a idade média dos consumidores

52% **das compras** foram feitas por mulheres



R\$ 5.142 **é a renda familiar** média dos consumidores

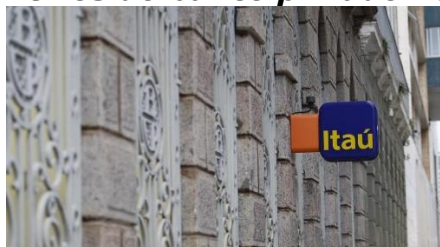


22% **das transações** foram realizadas em dispositivos móveis

Itaú ultrapassa o Banco do Brasil e se torna o maior do país

17/02/2017 - Fonte: Gazeta do Povo

Ativos do banco privado no ano passado ficaram R\$ 4 bilhões acima do BB



Daniel Castellano/Gazeta do Povo

O Banco do Brasil deixou de ser a maior instituição financeira do país. O posto foi assumido pelo Itaú Unibanco, que atingiu em dezembro do ano passado a soma de R\$ 1,425 trilhão em ativos, R\$ 4 bilhões a mais do que o BB. Os ativos de um banco são compostos por suas carteiras de crédito, aplicações em títulos públicos, agências, investimentos, entre outros.

O Itaú já tinha chegado a essa marca em 2008 quando uniu suas operações ao Unibanco, da família Moreira Salles. A liderança, no entanto, durou pouco: na sequência o Banco do Brasil comprou metade do banco Votorantim e assumiu novamente a liderança que durou até dezembro do ano passado.

A constatação da perda da liderança do BB foi feita com base nos resultados divulgados nesta quinta-feira (16) pelo banco público. A instituição ficou praticamente estável no valor de seus ativos comparado com o ano de 2015, em torno de R\$ 1,401 trilhão.

Para este ano, existe a expectativa de que o Itaú mantenha a liderança já que vai absorver a área de varejo do Citibank, que adquiriu no ano passado, mas que ainda não foi incorporada ao banco.

Os números do Itaú, segundo lembra um analista, no entanto, também são afetados pela variação cambial. O banco consolida a operação do Corpbanca, um banco chileno que adquiriu há dois anos. Como os ativos do banco chileno estão em dólares, a variação cambial também afeta o valor do patrimônio.

Brasil pode virar uma Venezuela se não aprovar reforma trabalhista, diz presidente do TST

17/02/2017 - Fonte: Gazeta do Povo

O presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Ives Gandra Martins Filho, fez forte defesa da proposta da reforma trabalhista apresentada pelo governo à Câmara.

Se não houver reforma, diz Martins Filho, o desemprego crescerá ainda mais e o Brasil estaria sob o risco de evoluir rumo à situação da Venezuela no mercado de trabalho.

“Do jeito que estamos, vamos aumentar o desemprego”, disse o presidente do TST, com a argumentação de que a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) “continua com uma série de deficiências” mesmo após a série de ajustes no texto ao longo das últimas décadas. Martins Filho participa de audiência na Comissão da Reforma Trabalhista na Câmara.

Ao defender a reforma, Martins Filho fez uma comparação que gerou polêmica entre deputados e outros presentes. O presidente do TST disse que, se nada for feito na legislação trabalhista, “podemos caminhar a tal ponto que vamos rumo à Venezuela”.

A comparação foi aplaudida por parte dos presentes e vaiada por outro grupo de presentes. Em seguida, ele tentou apaziguar os ânimos com a afirmação de que empresários, trabalhadores e sindicalistas querem chegar a um objetivo comum - que passa pelo aumento do emprego, segurança jurídica e harmonia nas relações do trabalho - mas só divergem quanto ao caminho para esse objetivo.

Ministro reafirma que reforma trabalhista pode criar até 5 milhões de empregos

17/02/2017 - Fonte: Tribuna PR

O ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, reafirmou que, caso a reforma trabalhista seja aprovada, até 5 milhões de empregos podem ser criados no médio e longo prazo. A projeção é feita com base em estudo da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Os novos postos, porém, não são de contratos indeterminados – seriam vagas temporárias ou de meio período. Na reforma enviada pelo governo ao Congresso, há a proposta de aprimoramento dos contratos de trabalho temporários e de jornada parcial. A ideia do governo é modificar esses instrumentos para que sejam usados com mais frequência.

Ao defender essa medida durante sessão da Comissão da Reforma Trabalhista na Câmara, Nogueira disse que os países desenvolvidos têm, em média, 16% das vagas do mercado de trabalho ocupadas por contratos temporários e de jornada parcial. “No Brasil, só 6% dos contratos são desse tipo.

Então, com base na nossa base de 50 milhões (de contratos), nós teríamos capacidade de crescimento de 5 milhões”, disse, ao projetar participação semelhante de 16% no mercado de trabalho do Brasil. O efeito, explicou, não será imediato e as vagas seriam criadas no médio e longo prazo “pela capacidade de desenvolvimento econômico que o Brasil tem”.

Relator da reforma da Previdência pede que se evite discurso panfletário

17/02/2017 - Fonte: Tribuna PR

O relator da reforma da Previdência, deputado Arthur Maia (PPS-BA), pediu ao plenário da comissão especial que sejam indicados debatedores “que estejam comprometidos com o mérito dessa matéria para que possam trazer contribuições verdadeiras”.

Era um recado para membros da oposição, que solicitaram a presença de integrantes de associações de serviços públicos que fizeram uma crítica inflamada à proposta de mudança nas regras de aposentadoria dos servidores.

“Essa reforma é açodada e desumana. É desonesta, porque se dá no contexto de desaceleração da economia”, disse Rudinei Marques, representante do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate). “Ela é desonesta também porque o governo manipula os dados da Seguridade Social para forjar um déficit.”

O presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR), José Robalinho Cavalcanti, afirmou que a reforma da Previdência dos servidores já foi feita e que o déficit já foi equacionado. “O valor (do déficit) em termos absolutos é elevado, mas situação futura já foi equacionada. É diferente do regime geral, em que o déficit é crescente. É uma situação desonesta”, disse.

Além dos representantes das associações, também falaram sobre a reforma Narlon Nogueira, representante do Ministério do Planejamento, e o consultor da Câmara dos Deputados Leonardo Rolim. Nogueira e Rolim defenderam a proposta do governo e fizeram uma apresentação cheia de gráficos e projeções.

Ao abrir seu tempo para perguntas, o relator pediu que os expositores qualificassem melhor o debate com dados e informações. “Quero destacar a importância de que nós, neste debate, estivéssemos atentos ao aprofundamento dos debates. Não é absolutamente produtivo para comissão que se façam discursos panfletários, que queiram fazer discursos, contra ou a favor, que devem ser feitos na rua”, afirmou Maia.

Mais tarde, o deputado Alessandro Molon (Rede-RJ) rebateu e disse que o próprio governo estava apresentando dados conflitantes. “Essa reforma vai afetar os mais pobres”, disse.

Sugestões

Em meio ao debate sobre a Previdência dos servidores públicos, Arthur Maia pediu aos representantes do governo que estavam presentes à audiência pública sugestões para “endurecer as normas contra aqueles que deixam de pagar o INSS”. “A ideia é de endurecer normas contra aqueles que não pagam, inclusive empresas privadas”, afirmou.

Maia também disse que queria ouvir os presentes sobre a regra de transição, que hoje prevê um “pedágio” de 50% do tempo restante para a aposentadoria para homens acima de 50 anos e mulheres acima de 45 anos.

“Queria ouvir sobre regra de transição, uma sugestão para transição mais ‘palatável’ às condições atuais dos servidores públicos”, disse. O relator já declarou publicamente que a regra de transição proposta pelo governo é “muito brusca”.

O presidente da comissão, deputado Carlos Marun (PMDB-MS), ainda não abriu tempo nesta tarde de quinta-feira, 16, para que os expositores possam responder às questões. De viagem marcada, Arthur Maia já deixou a comissão.

Reforma trabalhista: ministro polemiza em audiência pública

17/02/2017 - Fonte: Tribuna PR

Possibilidade de trabalho intermitente e registro de ponto dos trabalhadores causaram debates acalorados

A possibilidade de trabalho intermitente e o registro de ponto dos trabalhadores foram dois dos assuntos polêmicos na audiência pública sobre a reforma trabalhista realizada

nesta quinta-feira, 16, na Câmara dos Deputados. Questionado se o governo apoia ou não o trabalho intermitente, o ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, disse laconicamente que “cada dia tem a sua angústia”.

Durante a sessão, que durou mais de quatro horas, o procurador-geral do Trabalho, Ronaldo Fleury, fez dura crítica às diretrizes da reforma trabalhista e um dos pontos mais mencionados é a possibilidade prevista no texto enviado pelo governo de que o registro da jornada de trabalho poderá ser alvo de convenção coletiva com força de lei. Ou seja, o sistema de registro de ponto pode ser mudado.

“A quem interessa alterar o sistema de registro de ponto? Imagino que não interessa às boas empresas”, disse o procurador. “A retirada do ponto é uma das possibilidades da proposta do negociado sobre legislado. A medida não favorece boas empresas.”

Nogueira foi questionado pelos jornalistas sobre o tema após a reunião e explicou que a proposta do governo é apenas dar força de lei a uma portaria de 2011. “Já existe uma portaria que permite que a jornada de trabalho pode ser controlada de outras formas que não o ponto eletrônico desde que seja ajustado por convenção coletiva”, disse, ao lembrar que a portaria foi assinada no governo Dilma Rousseff.

Outro ponto polêmico é a possibilidade de trabalho intermitente – situação em que o trabalhador é contratado sem número de horas fixo e pode ou não ser chamado pela empresa. O ministro do Trabalho disse que a proposta enviada pelo governo não prevê esse tipo de contrato.

“O governo encaminhou uma proposta que não consta o trabalho intermitente. Essa é a proposta encaminhada e o governo respeita a autonomia do Parlamento. A proposta está aqui e o Parlamento tem sua autonomia para deliberar sobre a matéria”, disse Nogueira.

Questionado se o governo era contra ou a favor do trabalho intermitente, o ministro deu uma resposta lacônica. “Cada dia tem a sua angústia. O governo encaminhou aquela proposta”, afirmou.

Urbs pretende reduzir número de cobradores para baixar tarifa em Curitiba

17/02/2017 - Fonte: Gazeta do Povo

José Antonio Andreguetto, presidente da Urbs, afirmou que a prefeitura deve governar em defesa dos interesses da maioria



O presidente da Urbs, José Antonio Andreguetto, afirmou que a prefeitura estuda uma redução no número de cobradores que trabalham no sistema de transporte coletivo como forma de diminuir os custos de operação e, conseqüentemente, o valor da tarifa. A afirmação foi feita durante uma reunião com vereadores realizada na Câmara Municipal de Curitiba na quarta-feira (15).

Até o momento, a ideia ainda é incipiente. Não há definição do percentual dessa redução e nem data para que isso ocorra. O prefeito Rafael Greca (PMN) confirmou que a Urbs pretende reduzir o número desses trabalhadores.

Atualmente há uma lei, de 2001, que exige a presença de cobradores em terminais, estações-tubo e ônibus da capital. Entretanto, segundo Andreguetto, a ideia da prefeitura é abrir a possibilidade para redução desses profissionais por meio da aprovação de um novo projeto de lei. Ele afirmou que a redução será “responsável”.

“Nós governamos para a maioria, nós não podemos, de forma alguma discriminar uma categoria tão importante sem pensar com responsabilidade aonde alocar esses trabalhadores, mas ao mesmo tempo não podemos deixar de tomar medidas e prejudicar a maioria. Esse custo [dos cobradores] é óbvio que altera bastante o valor da tarifa”, disse.

Segundo dados da Urbs, 37% do valor da tarifa técnica é destinado ao pagamento de salários, benefícios e encargos sociais de motoristas, cobradores e outros funcionários do transporte. Se for levado em conta o valor pago pelo usuário – [hoje R\\$ 4,25](#) – o percentual sobe para 54% (incluindo também custos administrativos, de acordo com dados divulgados pelo prefeito Rafael Greca). O custo com pessoal é o item mais caro na composição do valor total da passagem.

A discussão sobre o futuro da profissão de cobrador não é recente na Câmara Municipal. Em 2014, os vereadores Chicarelli (PSDC), agora sem mandato, e Rogério Campos (PSC), representante da categoria dos motoristas e cobradores, já haviam apresentado um projeto de lei que buscava proibir a troca da função de cobrador pelo cartão-transporte.

“Hoje a função do cobrador é muito mais complexa do que simplesmente autenticar ou validar o cartão transporte e manusear o troco. Fora tudo isto, eles atuam nas funções e no auxílio às informações sobre trajeto e pontos de parada, acionam os equipamentos de elevador para portadores com deficiência e ajudam na melhor adequação no ônibus”, diz a justificativa do projeto, que foi arquivado por não ter sido votado até o fim da legislatura passada.

Categoria em alerta

Diante da possibilidade de redução do número de cobradores, o sindicato responsável pela categoria já estuda maneiras de se contrapor à medida da prefeitura, o que pode incluir abertura de indicativo de greve. De acordo com o presidente do Sindicato dos Motoristas e Cobradores de Ônibus de Curitiba e Região Metropolitana (Sindimoc), Anderson Teixeira, se a proposta se concretizar, pode ser que os trabalhadores cruzem os braços na capital.

Tudo vai depender do que será apresentado durante a audiência que ocorre nesta quinta-feira (16), na qual será discutida a negociação salarial dos motoristas e cobradores. Segundo Teixeira, é a partir dessa reunião que serão apresentadas medidas de resposta.

“Não é reduzindo o emprego que vai se resolver o problema da tarifa. Pelo contrário. Com isso, você cria um problema social”. Curitiba tem cerca de 6 mil cobradores, conforme dados do próprio Sindimoc.

No entanto, já de antemão, o sindicato se posiciona contra a possibilidade de redução de cobradores no transporte público de Curitiba. O presidente afirma que as próprias

empresas já indicavam esse recurso e que a categoria vem se mobilizando há algum tempo para mostrar que existem outras saídas mais efetivas para baratear a tarifa.

Urbs quer diminuir tempo de validade das passagens no cartão-transporte

17/02/2017 - Fonte: Tribuna PR

Acordo com o Ministério Público garante validade por cinco anos, mas Urbs alega que medida gera déficit financeiro



Foto: SMCS/Divulgação

O presidente da Urbs, José Antonio Andreguetto, afirmou aos vereadores de Curitiba que vai precisar do apoio da Câmara Municipal para aprovar uma lei que permita à prefeitura reduzir o tempo de validade dos créditos carregados no cartão-transporte.

Atualmente, por força de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) assinado com o Ministério Público em 2015, a validade dos créditos é de cinco anos. Segundo o presidente da Urbs, esse prazo é um dos fatores que comprometeu o equilíbrio financeiro do transporte coletivo da capital.

“Hoje existe um Termo de Ajustamento de Conduta junto ao Ministério Público assinado pela diretoria da Urbs anterior, que dá validade a esse carregamento da passagem no cartão-transporte por cinco anos. Ou seja, tem passagens que foram compradas a R\$ 2,20 e hoje nós estamos remunerando as empresas a R\$ 3,66”, afirmou.

Segundo o presidente da Urbs, a prefeitura deve enviar em breve um projeto de lei à Câmara com o objetivo de mudar esta situação. “Nós temos que ter uma lei que modifique esse sistema para que nós possamos rever essa posição, se não nós vamos ter sempre um deficit; nós recebemos menos e pagamos mais”, disse.

Andreguetto não detalhou como será o projeto para diminuir tempo de validade das passagens no cartão-transporte.

Justificativa

O TAC foi proposto pelo Ministério Público como forma de garantir o poder de compra dos usuários do sistema de transporte coletivo. No fim de 2014, os créditos no cartão-transporte passaram a ser descontados do usuário pelo valor em dinheiro, e não mais por quantidade de viagens, então, cada reajuste de tarifa incidiria sobre o preço de passagens já pagas.

Segundo o documento, essa medida garante que o usuário tenha assegurado, pelo prazo de cinco anos, o direito a realizar o mesmo número de deslocamentos que eram possíveis quando a passagem foi comprada.

Além da validade de cinco anos, o Termo de Ajustamento também determina que cada cartão-transporte pode ser carregado com o valor equivalente a, no máximo, 220 passagens nas tarifas de maior valor da rede convencional.

Reforma previdenciária enfrenta restrições dentro da base aliada

17/02/2017 - Fonte: Tribuna PR

A base aliada do governo Michel Temer começa a dar sinais de que não está totalmente coesa na reforma da Previdência. Em apenas três encontros da comissão especial, deputados de partidos governistas já mostraram que não estão tão dispostos a defender as regras propostas pelo Executivo. Só no colegiado, pelo menos sete parlamentares aliados pediram mudanças no texto ou fizeram declarações públicas contra a reforma.

Reservadamente, as críticas são maiores. O principal argumento de deputados é que será difícil defender um projeto que pode atrapalhar seus planos de reeleição em 2018. "O Temer pode não querer disputar a reeleição no ano que vem, mas eu quero", disse um deputado.

Os parlamentares também temem que o assunto vire pauta das manifestações agendadas para o final de março. A leitura que os governistas fazem é que, ao apresentar o parecer no dia 16 de março, o relator Arthur Maia (PPS-BA) pode dar o combustível que faltava para os manifestantes criticarem a PEC no dia 26 de março, o que poderia mudar o comportamento dos deputados no plenário.

Nos corredores da Câmara, parlamentares fazem críticas a praticamente todos os pontos da reforma e dizem que hoje não há 308 votos necessários para aprovar a PEC em dois turnos.

"Do jeito que está, não tem 100 votos", resumiu um governista. Entre os pontos que afirmam que devem ser modificados estão a idade mínima de 65 anos, a regra de transição, o tempo de contribuição e equiparação entre mulheres e homens. Eles também reclamam da intenção do governo de aprovar a proposta no Congresso em seis meses.

Na quarta-feira, 15, o ministro-chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha, fez uma rápida apresentação na comissão defendendo a reforma e não ficou para a fase de debates com a oposição. Um deputado do DEM reclamou que os ministros do governo não "dão a cara a tapa".

Base desalinhada

Entre os deputados da base que criticam a proposta na comissão, o mais incisivo foi Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), que se declara como "independente" e chegou a bater de frente na quarta-feira com o secretário de Previdência, Marcelo Caetano, reclamando da postura do representante do governo ao dizer aos parlamentares que os dados sobre a Previdência estavam "na internet". Outros seis parlamentares governistas deram indicações contrárias à reforma, três são titulares na comissão especial e três, suplentes.

Entre os titulares, o deputado Paulo Pereira da Silva (SD-SP), o Paulinho da Força, é autor de uma das emendas que mais têm apoio. A proposta institui regras mais benevolentes para idade mínima de aposentadoria (58 anos para mulheres e 60 anos para homens, contra 65 anos da proposta do governo), bem como para regra de transição e cálculo do benefício.

O deputado Onyx Lorenzoni (DEM-RS), apesar de integrar a base do governo, acusou os técnicos de "terrorismo".

"Vocês técnicos estão induzindo o presidente a erro. Vêm com catastrofismo demográfico, que eu chamo de terrorismo, e vai atirar em quem? Na classe média", acusou o democrata. "Bem ou mal o sistema (atual) funciona", defendeu durante uma das audiências públicas.

Líderes afirmam que os parlamentares estão participando de workshops para entender a necessidade da reforma e que esperam que eles mudem o posicionamento. "O PSDB vai cumprir sua parte", declarou o líder tucano Ricardo Tripoli (SP).

Pequeno investidor precisa ser cuidadoso

17/02/2017 - Fonte: Tribuna PR

A valorização que a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) vem registrando nos últimos meses se tornou um chamariz para investidores. Mas especialistas alertam que, para o pequeno investidor, principalmente, esse é um tipo de aplicação que precisa ser pesado com muito cuidado.

Especialista em finanças, a professora da FGV Myrian Lund ressalta que o investidor que quer aplicar recursos na Bolsa precisa ter em mente que não há garantia de retorno – ou seja, se as ações caírem, o aplicador perderá dinheiro. Por isso, diz a professora, se o objetivo é preservar capital, a recomendação é a renda fixa.

Ela lembra que, ainda que a Selic (a taxa básica de juros da economia), hoje em 13% ao ano, recue e termine o ano na casa de um dígito, a queda da inflação – as previsões são de que o IPCA termine o ano por volta de 4,5% – faz com que o ganho real na renda fixa, como os títulos do Tesouro Direto, ainda seja atraente.

Caso o investidor já tenha aplicações em renda fixa e queira diversificar seu portfólio, Myrian aconselha a investir em ações aos poucos e em papéis de pelo menos cinco empresas de setores diferentes. Assim, é possível diminuir o impacto das oscilações no retorno do investimento.

Outro detalhe importante é conhecer a fundo as condições do mercado e as empresas em que se está investindo:

"Se o investidor não consegue acompanhar as mudanças, pode optar pelos fundos de ações. Porém, precisa prestar atenção ao histórico de rentabilidade e procurar produtos que superem o Ibovespa (principal índice de ações do mercado brasileiro)", diz Myrian.

Apesar de ainda não haver sinais claros de retomada da economia, papéis de companhias ligadas ao setor financeiro e ao consumo têm mostrado mais fôlego na Bovespa. Analista da corretora Rico, Leandro Martins destaca a melhora no desempenho das empresas de varejo na Bolsa, principalmente no ramo de shopping centers.

Martins reforça que a Bovespa ainda está longe do patamar pré-crise de 2008 e que pode até superar o pico de 73,9 mil pontos atingido há dez anos. "Faz muito tempo que não temos um momento parecido para o investidor pessoa física", diz.

Temer cobrará do Banco do Brasil aumento da oferta de crédito

17/02/2017 - Fonte: UOL Economia

O presidente Michel Temer disse nesta quinta-feira (16) que vai cobrar, do Banco do Brasil (BB), o aumento da oferta de crédito para o mercado. Segundo o presidente, isso será possível graças ao lucro que vem sendo registrado e aos ajustes de gestão que estão sendo feitos pelo banco.

Temer fez a declaração durante a cerimônia de sanção da medida provisória (MP) que reformula o ensino médio no país. "Quando se fala em reforma, não se percebe bem o conceito material e como isso mexe no bolso das pessoas e como isso pode facilitar a vida não só de quem tem recursos como de quem não tem recursos", acrescentou.

O presidente disse que recebeu hoje a notícia de que, apesar das dificuldades econômicas, no ano passado, o Banco do Brasil teve lucro de R\$ 8 bilhões, embora tenha fechado agências e dispensado 9,5 mil servidores em processos de aposentadoria ou demissão consentida.

"Daria muito mais do que isso. Esses 9,5 mil dispensados geraram um pagamento de R\$ 1,4 bilhão. Portanto, o lucro seria de R\$ 9,4 bilhões. Ora, o BB é um banco vocacionado para o crédito, para o empréstimo. Portanto, na medida que tem essa possibilidade, evidentemente que há, e nós vamos cobrar, aumento do crédito no país", ressaltou.

Para Temer, tendo aumentado os lucros, o BB terá melhores condições de ampliar seus financiamentos, o que ajudará o país a concluir obras inacabadas. "Tínhamos várias obras inacabadas. Quando cheguei aqui me surpreendi, porque eram obras que muitas vezes demandavam aplicações e recursos entre R\$ 1 milhão e R\$ 10 milhões. São creches, UPAs [unidades de pronto-atendimento] e obras de pequena repercussão, mas que nos municípios pequenos têm repercussão extraordinária".

O presidente informou que, na manhã de hoje, teve uma conversa com o ministro interino do Planejamento, Dyogo Oliveira, na qual foi informado de que, das obras inacabadas, 436 foram retomadas e 79, concluídas.

Temer comentou ainda a queda dos índices inflacionários e a redução de despesas que vem sendo feita pelo governo. "A inflação hoje está em 5,35%. Isso vai repercutir para os mais pobres. Significa talvez a impossibilidade do eventual aumento de preços nos supermercados a pretexto da inflação", disse. "Além do que só a redução do custeio, depois que assumimos, foi de 2,6%. Isso significou redução de quase R\$1 bilhão das despesas", acrescentou.

Por que o mundo do cobre está paralisado pela greve no Chile

17/02/2017 - Fonte: Infomoney

O cobre, que às vezes dizem que tem doutorado em Economia por sua capacidade de refletir a saúde da economia, está em alta. Mas é a oferta, e não a demanda, o que está dominando as manchetes no bom momento atual.

Após a recuperação do consumo chinês e a promessa de Donald Trump de investir US\$ 1 trilhão em infraestrutura, a perspectiva de uma paralisação prolongada da mina Escondida, mantida pela BHP Billiton no Chile, está animando aqueles que apostam na

alta do cobre e preocupando os proprietários de outras minas com contratos de trabalho por vencer.

Em um momento de recuperação dos mercados de commodities em relação aos excedentes globais, o interesse na mina Escondida mostra que o foco voltou para o lado da oferta. Explicamos por que há tanto em jogo.

Em primeiro lugar, ela é grande. Escondida, a maior mina de cobre do mundo, produz mais de um milhão de toneladas do metal por ano, ou cerca de 5 por cento da produção global. A esse ritmo, a greve de uma semana de 2.500 trabalhadores já custou cerca de 21.000 toneladas, o suficiente para os cabos de um milhão de carros.

O momento também é crítico, já que a segunda maior mina de cobre do mundo, a Grasberg, da Freeport-McMoRan, está reduzindo sua produção enquanto tenta renovar as licenças de exportação com a Indonésia.

A mina Escondida declarou "força maior" em suas exportações, cláusula contratual usada quando o fornecedor não consegue cumprir obrigações devido a circunstâncias que fogem de seu controle. Isso ajudou a elevar o preço do cobre ao maior patamar desde maio de 2015 em um momento em que os estoques monitorados pela Bolsa de Metais de Londres estão encolhendo.

Esta pode ser apenas a ponta do iceberg, já que os líderes sindicais afirmam que estão se preparando para dois meses de greve, o que provavelmente influenciará as próximas negociações salariais de outras minas chilenas neste ano.

Apesar de as autoridades chilenas estarem tentando organizar uma reunião para discutir uma nova rodada de negociações, as expectativas salariais dos dois lados ainda parecem estar muito distantes.

Os trabalhadores estão encorajados pelo ganho de mais de 30 por cento do cobre nos últimos 12 meses, enquanto a BHP se esforça para conter os custos e ampliar a produtividade em um momento em que a qualidade do minério está se deteriorando e que o setor está se recuperando de um excedente global.

Brasil será destaque em fusões neste ano, diz PwC

17/02/2017 - Fonte: GS Notícias

As operações de fusões e aquisições nos segmentos de energia elétrica somaram US\$ 293 bilhões em 2016, montante recorde e 47% superior ao registrado em 2015, de acordo com um levantamento da PricewaterhouseCoopers (PwC). Para 2017, a expectativa é de continuação do crescimento.

Segundo Arthur Ramos, sócio da PwC Brasil especialista no setor de energia, o Brasil deve ter destaque nesse cenário, com a conclusão da compra bilionária da CPFL pela chinesa State Grid, além de outras operações esperadas, como a privatização das distribuidoras da Eletrobras.

LEIA MAIS Justiça mantém bloqueio de valores de Bumlai e Luciano Coutinho Mudança de direção Como a Siemens está se preparando para a alta do petróleo "Temos um terreno fértil para transações", disse Ramos.

Ao mesmo tempo em que há muitos investidores com situação financeira confortável para comprar ativos, o mercado brasileiro no setor elétrico enfrenta diversos

problemas. A redução da demanda por energia é outro problema que pressiona algumas empresas do setor elétrico no país. "A demanda vai voltar, mas ao longo do tempo.

Quem estava no meio do caminho de projetos, com balanço mais fraco e dificuldade de financiamentos, acaba sofrendo. Ao mesmo tempo, há muitos investidores interessados e com caixa, que olham oportunidades", disse Ramos. Segundo ele, o cenário é mais favorável para investidores internacionais.

Outra questão no país que incentiva operações de fusões e aquisições envolve problemas das empresas que quebraram ou entraram em recuperação judicial. "Esses problemas que atrasam tudo precisam ser resolvidos.

O ambiente é propício para transações porque todo mundo está interessado em resolver esses imbróglios." De acordo com Ramos, há muitos ativos à venda no setor elétrico brasileiro e uma consolidação "é algo provável", liderada por aquelas companhias mais bem estruturadas.

No relatório global da PwC, das operações de fusões e aquisições de 2016, US\$ 148,7 bilhões foram na área de energia, que inclui ativos de transmissão, distribuição e geração convencional.

O montante representou alta de 77% ante 2015. Na área de ativos de gás, foram US\$ 106 bilhões, ganho de 77,3%. Na área de energia renovável, foram US\$ 38 bilhões, queda de 31,3%.

A América do Norte liderou as operações, com 57% do total do volume financeiro negociado. A região da Ásia Pacífico ficou em segundo, com 18%, seguida pela Europa, com 17%. O grupo composto por América Latina, Oriente Médio e África somou apenas 8% do total.

"A perspectiva é de que o volume de transações vai continuar crescendo. Evidentemente, nos Estados Unidos há uma expectativa de que o [Donald] Trump vai levar adiante um processo no setor de óleo e gás, carvão também", disse.

Segundo Ramos, o Brasil acabou não tendo destaque no relatório de 2016 pois as maiores operações do setor elétrico não foram concluídas naquele ano. A compra da CPFL, por exemplo, só foi concretizada em janeiro.

O grande número de oportunidades de investimentos no país, combinado à expectativa de retomada da economia, deve resultar num elevado volume de transações neste ano. "Saímos de um patamar baixo na economia no ano passado, e infraestrutura é uma das saídas para retomar investimentos.

Precisamos colocar alguns negócios nos eixos, isso deve levar a novas transações, um ambiente forte para 'deals'", disse. Mesmo as incertezas políticas não devem afetar essa expectativa.

Para Ramos, o investidor olha mais os fundamentos econômicos do que a situação política de curto prazo. Como o setor elétrico oferece contratos com bons retornos e fundamentos, "acho que fica tranquilo garantir os investimentos", afirmou.

Ford mantém plano de abrir fábricas no México após cancelar investimento

17/02/2017 - Fonte: Isto É Dinheiro

A Ford mantém seus planos de abrir este ano duas fábricas de produção de autopeças no México, anunciadas em 2015, apesar ao surpreendente cancelamento em janeiro de um investimento de 1,6 bilhão de dólares para uma nova fábrica.

A decisão sobre a fábrica, que seria construída no estado de San Luis Potosí (leste), ocorreu quando então presidente eleito dos Estados Unidos, Donald Trump, aumentou sua pressão sobre as fabricantes de veículos de seu país para que levem as fábricas de volta ao território americano.

Os diretores da Ford, contudo, garantiram que a decisão se deu por motivos estratégicos, e não políticos.

"A verdade é que não nos fomos do México. Os negócios têm que tomar as decisões corretas no momento certo e isso foi o que nós fizemos. Infelizmente a notícia não é boa", disse a jornalistas, Gabriel López, diretor-geral da Ford México, na noite de quarta-feira.

O executivo lembrou que a empresa está construindo duas fábricas de transmissores e motores nos estados de Guanajuato (centro) e Chihuahua (norte) que irão abastecer a partir de meados deste ano montadoras de veículos nos Estados Unidos, na Índia, na China, na Europa e na América do Sul.

"O investimento total dessas duas fábricas é de 2,5 bilhões de dólares e quando elas operarem em ritmo de produção vão empregar 3.800 pessoas", disse López.

Este é o carro elétrico que vai desbançar a Tesla?

17/02/2017 - Fonte: UOL Economia

Aqui, no estacionamento de uma propriedade de US\$ 55 milhões em Newport Beach, desde que subimos na parte traseira do Lucid Air para um passeio, já estávamos céticos.

Por baixo da capa de camuflagem estilo Jackson Pollack, o protótipo da marca com sede na Califórnia tem a silhueta futurista que vimos nas fotos, mas praticamente não tem interior. Há apenas alguns painéis de metal descobertos, nada de estrutura à prova de som e um assento de vinil.

O prometido luxo que é o argumento de venda da marca não está presente, não há telas para o banco traseiro, nenhum casulo reclinável cromado com couro, madeira e feltro de lã pensado para dar ao Air a sensação de uma cabine de primeira classe de avião.

Mas estamos dispostos a fazer vistas grossas quando o motorista do teste, um piloto do Campeonato Mundial de Rally, pisar no acelerador.

Sim, este carro de teste carece de grande parte do peso que o sedã acabado terá (essa carroceria temporária é feita de painéis de fibra de carbono, que são fáceis de produzir e substituir, e não de alumínio e aço), mas também conta com apenas metade dos 1.000 cavalos que o veículo de série conseguirá com seu conjunto de bateria de 130

kWh integrado ao assoalho. Quando o motorista pisa no acelerador, ficamos literalmente grudados nos nossos assentos.

O Lucid Air pode ainda não estar pronto para produção, e considerando os caprichos da startup de veículos elétricos, é possível que ele nunca chegue lá (custa mais de US\$ 1 bilhão para uma empresa estabelecida como a General Motors desenvolver um novo carro).

Imagine quanto custa se você não possui fábrica, trabalhadores, cadeia de abastecimento, relação com as agências regulatórias nem tecnologia estabelecida). Mas ele tem a nossa atenção.

Se tudo sair conforme o plano e o Air chegar às ruas em 2019, a Lucid afirma que o sedã, que será vendido a seis dígitos em dólares (especula-se que custará US\$ 160.000), vai acelerar como um supercarro, de zero a 60 milhas por hora (96 km/h) em 2,5 segundos, terá 640 quilômetros de autonomia em cada recarga e ostentará recursos de assistência à direção, como radar, tecnologia lidar e câmeras que o deixarão pronto para funcionar de forma completamente autônoma -- aquela em que o motorista é praticamente irrelevante.

Este é o sonho pelo qual empresas como a Tesla e outras startups, como a Faraday Future (cujo bilionário investidor Jia Yueting também investiu na Lucid), estão trabalhando.

O Air precisará de todas as distinções e propostas de venda únicas que puder reunir em 2019, não apenas porque competirá com os veículos da próxima geração da líder da categoria, a Tesla, mas porque marcas esportivas e de luxo consolidadas, como Mercedes-Benz, Porsche, Jaguar e Aston Martin, lançarão seus próprios sedãs e SUVs de luxo puramente elétricos, com preços similares, ao mesmo tempo ou quase.

E todas essas empresas têm várias outras fontes de receita nas quais confiar se seus veículos elétricos não encontrarem compradores imediatamente, um luxo que a Lucid não possui.

Porsche cresceu 36% em 2016 e quer mais

17/02/2017 - Fonte: Automotive Business



Ao contrário do que ocorreu com outras marcas premium no Brasil, a Porsche encontrou espaço para crescer em 2016. Com 997 unidades, registrou alta de 36,2% sobre o ano anterior. A chegada dos novos 911, os bons volumes dos utilitários esportivos Cayenne e Macan e a abertura de três novas concessionárias ajudaram a companhia.

Sem cravar um número, o diretor-presidente da Porsche do Brasil, Matthias Brück, indica que há possibilidade de outra alta: "Estamos lançando o novo Panamera,

traremos o 911 GTS e mostraremos novos produtos no Salão de Genebra (de 9 a 19 de março)”, diz.

Sobre o tamanho da rede de revendas, ele afirma: “Temos hoje nove concessionárias e este ano não haverá ampliação. Como foram abertos três novos pontos em 2016 é preciso ver como eles vão se desenvolver durante este ano.

Em relação à expectativa do Grupo VW para o País ele comenta: “Pelas reuniões de que participei, senti que os executivos acreditam em crescimento este ano, com o mercado ainda devagar no primeiro semestre e melhor no segundo.”

As vendas mundiais da Porsche somaram 237,8 mil unidades, registrando alta de 6%. O lucro líquido (até novembro) atingiu € 2,9 bilhões, anotando acréscimo de 12% sobre o mesmo período de 2015. “Fomos a fabricante de esportivos mais lucrativa do mundo”, conclui Brück.

Renault projeta 2017 estável com exportação em alta

17/02/2017 - Fonte: Automotive Business



“Trabalhamos com a expectativa de que o mercado brasileiro em 2017 seja igual ao de 2016, em torno de 2 milhões de veículos”, projetou Fabrice Cambolive, presidente da Renault do Brasil, durante o lançamento do Captur, o mais novo SUV da montadora produzido no País.

“O ano começou ruim e a recuperação deve acontecer em dois momentos: começa antes com as vendas para empresas e só depois, no segundo semestre, as pessoas físicas devem sentir os efeitos da redução dos juros para voltar a comprar carros”, avaliou o executivo.

Para a Renault, no entanto, o ano tende a ser melhor com sua presença significativamente aumentada no segmento de utilitários esportivos e assemelhados, o único que cresce nas vendas nacionais de veículos.

Além do Captur lançado agora e do Duster já há cinco anos no mercado, chegam em breve ao portfólio da Renault dois outros SUVs: o Koleos, de porte maior, importado da Coreia, e o compacto popular Kwid a ser fabricado em São José dos Pinhais (PR).

Mas Cambolive prefere ser cauteloso ao falar das expectativas da empresa: “Claro que nosso objetivo é crescer, mas não entro em números. Queremos alcançar um desempenho sustentável.

Esperamos que os novos carros tragam bons resultados, mas quanto e a que velocidade, veremos”, disse. Em 2016 a Renault alcançou a maior participação de mercado de sua história no Brasil, fechando o ano com market share de 7,5%.

Contudo, as vendas totais de 150 mil unidades representaram queda de 17% sobre 2015, e assim a marca desceu do quinto para o sétimo lugar do ranking das marcas de veículos leves mais vendidas no Brasil no ano passado, sendo ultrapassada por

Hyundai e Toyota, que também deixaram a Ford para trás, na sexta colocação. O movimento ocorreu justamente pela maior presença nos segmentos que mais declinaram, o de carros populares.

EXPORTAÇÃO EM ALTA

Graças ao lançamento de produtos produzidos na região apenas no Brasil, as exportações da Renault brasileira quase dobraram em 2016, alcançando 70 mil unidades embarcadas para países sul-americanos. Com o desempenho fraco do mercado doméstico, as vendas externas foram fundamentais para ocupar melhor a capacidade da fábrica no Paraná, de 380 mil carros/ano.

“Os nossos mercados externos continuaram os mesmos, o que mudou foram os produtos vendidos. Basicamente, Oroch e Captur puxaram as exportações. Exportamos mais de 18 mil picapes Oroch, que só é feita aqui. O mesmo acontece agora com o Captur”, explica Cambolive.

A Renault espera desempenho ainda melhor das vendas externas em 2017, embaladas principalmente pelo Captur, que deverá ser exportado para oito países latino-americanos. O modelo começou a ser vendido em dezembro na Argentina antes do Brasil, também já chega à Colômbia e em breve começam os embarques para o México.

Continental testa pneu de carga feito com borracha de dente-de-leão

17/02/2017 - Fonte: Automotive Business

Continental testa pneu de carga feito com borracha de dente-de-leão



A Continental amplia sua pesquisa para o uso da borracha derivada do dente-de-leão denominada pela empresa como Taraxagum. Desta vez, a fabricante empregou a nova matéria-prima em um modelo de pneu de carga, que equipa caminhões e ônibus, o protótipo Conti EcoPlus HD3.

Há cinco anos a companhia iniciou o desenvolvimento da nova borracha, cujo nome deriva da definição botânica da planta dente-de-leão.

Em 2014 apresentou o primeiro pneu de inverno premium com banda de rodagem feito de Taraxagum e no mesmo ano iniciou os planos de produção do primeiro pneu para veículos comerciais, modelo que necessita de um volume muito maior de borracha natural, entre 20 e 25 quilos, com relação a um pneu de passeio, que leva de 1 a 3 quilos.

Segundo a empresa, os testes de desempenho com os pneus comerciais utilizando o novo componente foram promissores, demonstrando que esta é uma boa alternativa à borracha natural de origem tradicional, além de cumprir com os requisitos do segmento de transporte.

No fim de 2016, a Continental anunciou a construção de um centro de pesquisas em

Anklam, na Alemanha, para a produção de borracha de dente-de-leão e para a qual planeja investir € 35 milhões até 2021. A estimativa é de que a borracha de dente-de-leão entre em produção de larga escala entre os próximos 5 a 10 anos.

O dente-de-leão russo pode ser produzido em maiores quantidades por hectare do que a tradicional borracha *hevea brasiliensis*, derivada das árvores tropicais.

A Continental também desenvolveu novos processos e métodos produtivos para obter a borracha, que além de pneus, poderá servir para outros tipos de produtos a partir da seiva de látex da raiz da planta.

Volkswagen tem nova diretora jurídica no Brasil

17/02/2017 - Fonte: Automotive Business



A Volkswagen nomeou Daniela de Avilez Demôro como sua nova diretora da área jurídica da montadora a partir de março. A executiva assumirá o novo cargo no lugar de Eduardo de Azevedo Barros, que se dedicou à empresa por 30 anos e que agora se aposentará.

Desde 2002, Daniela atua para o setor automotivo: ela ingressou na Michelin naquele ano até assumir a diretoria jurídica da empresa para a América do Sul em 2009. Antes disso, trabalhou no escritório de advocacia Gouvêa Vieira desde 1995, quando iniciou sua carreira na área.

Bacharel em Direito, possui pós-graduação em Direito Processual Civil e mestrado em Direito Constitucional e Teoria do Estado, todas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Bancos de montadoras projetam leve recuperação em 2017

17/02/2017 - Fonte: Automotive Business



Com a expectativa de alta de 4% das vendas de veículos para 2017, para algo em torno de 2,13 milhões de unidades, entre leves e pesados, as montadoras preveem um desempenho pouco melhor que o de 2016 nos negócios que envolvem os financiamentos do setor.

A Anef, associação dos bancos de montadoras, espera por crescimento, ainda que tímido, de 2,5% no saldo das carteiras, para R\$ 166,7 bilhões contra os R\$ 162,7 bilhões do ano passado, volume que representou queda de 11,4% sobre o resultado do exercício anterior. A Anef e os bancos associados às montadoras respondem por 65% do total de veículos financiados atualmente.

“Será uma pequena recuperação, que não é forte, mas esperamos um crescimento no saldo”, reforça o presidente da entidade, Gilson Carvalho, durante a apresentação do balanço do segmento financeiro em 2016, na quinta-feira, 16, em São Paulo.

“Neste primeiro semestre, o mercado deverá manter o ritmo, ainda influenciado pelo baixo nível de confiança e ninguém quer comprometer sua renda ou ficar inadimplente. Mais adiante, nossa expectativa é de crescimento no volume de negócios, mas ainda muito inferior aos anos anteriores”, completa o executivo.

A projeção da Anef também aponta que o total de recursos liberados pelos bancos do setor para o financiamento de veículos também deverá se elevar em 5,5%, passando de R\$ 82,2 bilhões em 2016 para R\$ 86,7 bilhões neste ano, considerando CDC e leasing. No ano passado, devido à baixa demanda por crédito, as concessões diminuíram quase 10%, retornando ao patamar de 2008.

“O fraco desempenho da economia impactou fortemente na concessão de crédito ao mesmo tempo em que os bancos foram mais rigorosos em razão do aumento dos riscos. Com isto, muitos consumidores optaram por adiar as compras com medo de não quitar a dívida. Foi um ano de muita cautela, tanto por parte das pessoas quanto por parte das instituições financeiras”, avalia Carvalho.

Aliada à baixa confiança, a tendência de alta do nível de desemprego esperada para este ano ainda deverá afetar a inadimplência do setor, que em 2016 fechou em 4,6% para pessoa física e em 5% para a jurídica.

O presidente da Anef confirma que o nível ficou abaixo das expectativas e que continua crescendo. “Pode piorar um pouco, com um pico mais para a metade do ano; economistas falam ainda de uma elevação residual na taxa do desemprego, o que deve elevar um pouco os atrasos nos pagamentos. A partir do segundo semestre deve alcançar a estabilidade, mas acreditamos que para o fim deste ano, o nível deverá ser menor que os 4,6% de 2016”, projeta.

O difícil cenário durante 2016 mexeu na fatia de participação das modalidades: considerando o segmento leve, embora o CDC continue como a principal opção dos consumidores na hora de financiar um automóvel, a ferramenta perdeu espaço, passando de 53% para 49% do total de financiamentos do segmento em 2016. Ao mesmo tempo, os pagamentos à vista cresceram de 40% para 44% em um ano, enquanto consórcios e leasing ficaram estáveis, com 5% e 2%, respectivamente.

No segmento pesado, o movimento não foi diferente: as vendas à vista subiram de 15% para 17%, enquanto o financiamento via Finame diminuiu de 66% para 62%. “Apesar disso, o Finame vai continuar como o carro chefe dos financiamentos de pesados, continuam com taxas mais próximas do mercado”, comenta Diego Marin, representante da Anef para o setor de veículos comerciais.

Por outro lado, para o setor de duas rodas, o consórcio se mostra como a melhor opção, uma vez que a concessão de crédito para este consumidor está mais restritiva do que para os demais.

Em 2016, a participação dos consórcios para aquisição de motocicletas chegou a 36% contra os 35% do ano anterior, enquanto os pagamentos à vista caíram de 32% para 30%.

Os financiamentos totalizaram 34% dos negócios sobre os 33% de um ano antes. Para se ter uma ideia, há 10 anos, os financiamentos de motos chegavam a 56%, curva que começou a cair em 2011.

“É o segmento que mais sentiu a queda da disponibilidade de crédito”, afirma Ricardo Tomoyose, vice-presidente setorial de motocicletas da Anef.

Simplificação do sistema tributário pode ser votada esta semana

17/02/2017 - Fonte: Portal Contábil

O Plenário do Senado poderá votar nesta semana projeto que visa simplificar o sistema tributário nacional, até hoje regulado por uma lei de 1966.

De autoria da Mesa Diretora do Senado, com base em sugestões da Comissão de Juristas para Desburocratização, o Projeto de Lei do Senado (PLS) 406/2016 – Complementar trata de temas como a unificação do cadastro de contribuintes e regras do uso de precatórios (requisições de pagamento expedidas pelo Judiciário para cobrar de municípios, estados ou da União) na liquidação de valores inscritos na dívida ativa nos três entes da federação.

A compensação de débitos perante a Fazenda Pública Federal com créditos provenientes de precatórios já é prevista na Lei 12.431/2011, mas a proposta em exame no Senado amplia essa possibilidade para débitos com estados e municípios.

A fim de não fomentar o mercado secundário de precatórios, o relator da proposta na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Ronaldo Caiado (DEM-GO), propôs limitar a compensação aos precatórios próprios, excluindo os adquiridos de terceiros.

O substitutivo também estabelece novas regras para a restituição total ou parcial de tributos, ao prever a correção dos valores desde a data do pagamento até a efetiva devolução para o contribuinte. Essa norma, conforme o texto, vale para a compensação ou devolução de quaisquer créditos relativos a tributos, inclusive os decorrentes de condenações judiciais da Fazenda Pública.

O texto apresentado pelo relator prevê que o responsável pela dívida tributária só poderá ser inscrito em dívida ativa, notificado de protesto ou citado em execução fiscal se a responsabilidade tiver sido apurada administrativamente, “respeitado o devido processo legal”.



Obrigações

O substitutivo fixa um prazo de 90 dias para a exigência de obrigações acessórias, que são deveres instrumentais do contribuinte que facilitam o trabalho do fisco. O texto

original requeria a publicação da norma legal até 30 de junho do exercício anterior àquele em que seria exigido seu cumprimento.

O relator propõe também a fixação de prazo máximo de 365 dias para as decisões administrativas em petições ou recursos administrativos do contribuinte. Decorrido esse prazo sem decisão, o processo passa a ter prioridade de tramitação e o agente público poderá responder a processo por responsabilidade funcional.

O substitutivo extingue o cadastro fiscal dos estados, do Distrito Federal e dos municípios e torna o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) o único a ser exigido dos contribuintes. Para tanto, deverá ser reformulado no prazo de 365 dias e incorporar informações de interesse das administrações tributárias dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

Caiado considera injustificável não ter sido implementada até hoje a unificação dos cadastros fiscais. Para ele, a redundância de informações e a duplicidade de exigências sobre os contribuintes devem ser afastadas em prol da eficiência administrativa.

O texto também torna automático o deferimento do pedido de cancelamento do CNPJ pelo contribuinte. Entretanto, a medida deverá se dar sem prejuízo da responsabilidade pelo cumprimento das obrigações tributárias remanescentes, especialmente o pagamento dos tributos.

Fiscalização

A proposta fixa ainda normas para fiscalização, que deverá ser precedida de ordem fundamentada e específica expedida pela administração tributária, sob pena de nulidade do procedimento. Segundo o substitutivo, a ordem conterá obrigatoriamente numeração de identificação e controle; dados identificadores do sujeito passivo (contribuinte); competências e tributos a serem fiscalizados; prazo para realização do procedimento; e nome e matrícula das autoridades responsáveis.

As exceções para essas exigências são casos de flagrante de contrabando, descaminho ou outra prática de infração à legislação tributária e aduaneira em que haja risco de subtração de prova.

O substitutivo determina que a certidão de situação fiscal do contribuinte deve estar disponível por meio eletrônico ou em ambiente virtual. Quando solicitada diretamente ao órgão competente, a certidão terá de ser expedida no prazo de 72 horas. A regra não se aplica aos pequenos municípios, norma a ser definida em lei complementar.

A proposta altera dispositivos do Código Tributário Nacional, editado em 1966, e introduz modificação na Lei 9.250/1995 na parte que trata do cadastro único de contribuintes.

Gerdau investe na indústria 4.0 e inova por meio do projeto usina digital

17/02/2017 - Fonte: INDA

Iniciativa reúne ações focadas em otimizar processos de produção e aumentar a produtividade da empresa. Já imaginou quais são os processos necessários para uma usina produtora de aço se tornar digital?

Como a redução de custos, economia de energia e otimização de procedimentos na indústria podem estar relacionados com a "Internet das Coisas"? Na Gerdau, empresa líder no segmento de aços longos nas Américas e uma das principais fornecedoras de

aços especiais no mundo, a inspiração pelos métodos da Indústria 4.0 tem sido uma das estratégias para enfrentar o cenário desafiador da indústria do aço.

A Gerdau está implementando o projeto Usina Digital, ação por meio da qual se avalia as operações das usinas de modo a encontrar soluções tecnológicas que contribuam para aumentar a competitividade, garantir redução de custos e ganho de eficiência.

Com a aposta, que teve início no final de 2015, a Gerdau já registra retorno anual de R\$ 15 milhões em suas unidades. Uma das iniciativas que integra o projeto é o gerenciamento de filas para carga e descarga nas usinas. Por meio de um aplicativo, o motorista agenda um horário para ir até à unidade da Gerdau. Ao chegar, o celular do motorista é detectado por uma zona virtual que, por sua vez, alerta o funcionário sobre a chegada do caminhão. Depois disso, é realizado o checklist virtual feito via tablet, que permite, entre outras funcionalidades, identificar se o motorista está com o treinamento de segurança em dia ou detectar quando foi realizada a última inspeção do veículo.

"Como resultado, aumentamos o número de viagens dos motoristas, que antes da implantação do sistema era apenas uma por dia, e passaram de dois a três diariamente", destaca Rodrigo Belloc, diretor de operações da Gerdau.

Outra aposta da empresa foi a utilização de smartphones com aplicativos customizados para a condução dos processos de cadeia de produção, aumentando a eficiência e reduzindo o tempo de trabalho dos operadores, que antes era feito manualmente. Além disso, tendo acesso a um ambiente de trabalho virtual, na "palma da mão", o facilitador de Rotina pode dedicar mais tempo à área de produção.

"A implantação dos smartphones para a classificação de sucata, por exemplo, teve otimização de três minutos em cada ciclo, o que resultou na redução de 93 horas por mês", explica Belloc. "Com isso, o colaborador tem 100% do seu tempo para estar mais próximo da operação e acompanhar mais efetivamente os processos com um nível menor de interrupções", completa o executivo.

A empresa também está investindo em um sistema da General Electric (GE) que otimiza a produção, além de apontar precocemente falhas em equipamentos, realizar análises e trazer insights sobre o estado das máquinas e processos de logística.

A implementação do software permitirá que a GE esteja conectada em 11 unidades da Gerdau, atuando no sistema de manutenção preventiva, em uma iniciativa inédita no mercado global de aço.

A estratégia inclui cerca de 1.000 equipamentos, sendo que a instalação de 600 máquinas serão de responsabilidade da GE e a outra parte, a Gerdau receberá capacitação para a implementação do sistema. A utilização de drones para monitoramento e inspeção de operações é outra iniciativa relacionada ao projeto Usina Digital.

Os equipamentos sobrevoam plantas de tratamento, áreas de transporte de material, áreas de abastecimento, estoques de minérios e áreas administrativas, e cuida das drenagens das águas pluviais que se direcionam para os rios. Até o momento, a Usina Digital já foi implementada na maior parte das unidades da Gerdau do Brasil, incluindo Mineração, e tem expansão em andamento nas usinas de Minas Gerais.

Na América do Norte, o projeto foi executado na cidade de Whitby, no Canadá. Perfil —A Gerdau é líder no segmento de aços longos nas Américas e uma das principais

fornecedoras de aços especiais do mundo. No Brasil, também produz aços planos e minério de ferro, atividades que estão ampliando o mix de produtos oferecidos ao mercado e a competitividade das operações.

Além disso, é a maior recicladora da América Latina e, no mundo, transforma, milhões de toneladas de sucata em aço, reforçando seu compromisso com o desenvolvimento sustentável das regiões onde atua. As ações das empresas Gerdau estão listadas nas bolsas de valores de São Paulo, Nova Iorque e Madri.

Gerdau: IOT com GE

17/02/2017 - Fonte: Inda

A Gerdau adotou um sistema da General Electric para manutenção preventiva de 1 mil equipamentos em 11 unidades do grupo siderúrgico brasileiro.

Definido em uma nota da Gerdau como "uma iniciativa inédita no mercado global de aço", o projeto permitirá apontar precocemente falhas em equipamentos, realizar análises e trazer insights sobre o estado das máquinas e processos de logística.

A Gerdau não entra em detalhes técnicos, mas muito provavelmente se trata de uma combinação de sensores instalados nas máquinas, com software analíticos interpretando os dados em tempo real. A companhia está investindo em se capacitar na nova tecnologia. Das 1 mil máquinas, 600 serão incluídas no sistema pela GE e as demais pela Gerdau, que receberá capacitação para a implementação do sistema.

O projeto com a GE faz parte da iniciativa Usina Digital, ação por meio da qual se avalia as operações das usinas de modo a encontrar soluções tecnológicas que contribuam para aumentar a competitividade, garantir redução de custos e ganho de eficiência.

Com a aposta, que teve início no final de 2015, a Gerdau já registra retorno anual de R\$ 15 milhões em suas unidades. Além das máquinas, a Gerdau está investindo em mudar processos como a carga e descarga nas usinas, agendado por meio de um aplicativo.

Outro app faz o checklist do status do motorista em relação a treinamento e inspeções no veículo. "Como resultado, aumentamos o número de viagens dos motoristas, que antes da implantação do sistema era apenas uma por dia, e passaram de dois a três diariamente", destaca Rodrigo Belloc, diretor de operações da Gerdau.

Outra aposta da empresa foi a utilização de smartphones com aplicativos customizados para a condução dos processos de cadeia de produção, aumentando a eficiência e reduzindo o tempo de trabalho dos operadores, que antes era feito manualmente. "A implantação dos smartphones para a classificação de sucata, por exemplo, teve otimização de três minutos em cada ciclo, o que resultou na redução de 93 horas por mês", explica Belloc.

A utilização de drones para monitoramento e inspeção de operações é outra iniciativa relacionado ao projeto Usina Digital. Os equipamentos sobrevoam plantas de tratamento, áreas de transporte de material, áreas de abastecimento, estoques de minérios e áreas administrativas, e cuida das drenagens das águas pluviais que se direcionam para os rios.

Até o momento, a Usina Digital já foi implementada na maior parte das unidades da Gerdau do Brasil, incluindo Mineração, e tem expansão em andamento nas usinas de Minas Gerais.

Na América do Norte, o projeto foi executado na cidade de Whitby, no Canadá. O projeto Usina Digital mostra que a Gerdau ainda consegue inovar o seu negócio, apesar dos cortes feitos nos últimos anos na sua área de TI como uma resposta ao impacto da crise econômica.

Desde 2014, a empresa fez dezenas de demissões no seu time de TI, em cortes relatados com exclusividade pelo Baguete e confirmados pela empresa.

A Gerdau não abre os números exatos, mas a estimativa da reportagem do site é de dois terços do total, que girava em torno de 200 pessoas. Neste ano, a empresa também encerrou a área de Inovação e Gestão, baseada na sede da empresa, em Porto Alegre. Em uma conferência com investidores em agosto do ano passado, André Gerdau Johannpeter, diretor-presidente da companhia, destacou a "modernização da cultura da empresa", com a diminuição da centralização e renovação das lideranças.

No ano passado, o próprio Johannpeter fez a abertura de um dia dedicado ao método de trabalho ágil para funcionários de todos os segmentos da empresa.

O projeto Usina Digital parece mostrar que a Gerdau está entrando em uma nova fase.

No passado, a empresa tocava grandes projetos como a expansão do sistema de gestão da SAP, envolvendo centenas de recursos ao longo de anos. Agora, a meta parece ser gerar impacto nos negócios de forma rápida, apostando em projetos pontuais.

Produção de aço bruto cresce 2,4% em novembro na comparação anual

17/02/2017 - Fonte: Inda

A produção de aço bruto no Brasil cresceu 2,4% em novembro, em comparação com o mesmo mês do ano passado, para 2,8 milhões de toneladas, informou hoje o Instituto Aço Brasil (IABr).

Frente a outubro, porém, a queda foi de 9,7%. De acordo com a entidade, foram produzidas 2 milhões de toneladas de aço laminado, baixa de 8,5% em bases anuais e recuo de 4,8% perante o mês anterior.

Com o desempenho de novembro, as siderúrgicas brasileiras chegaram a volume de 31,4 milhões de toneladas produzidas nos 11 primeiros meses de 2014 — a diminuição é de 0,4% em relação aos mesmos meses do ano passado.

O comunicado da IABr mostra também que as vendas internas caíram 12,2% no mês passado, em comparação anual, para 1,6 milhão de toneladas. Frente a outubro, a queda foi de 11,1%.

No acumulado do ano, as empresas comercializaram 19,3 milhões de toneladas no mercado doméstico, baixa de 9%. Ao mesmo tempo, a competição com o produto importado foi suavizada em novembro.

De acordo com o instituto, as compras no exterior somaram 289 mil toneladas, ou US\$ 303 milhões — redução de 5,3% em bases anuais e de 13,5% ante outubro.

Mesmo assim, depois de um início de ano difícil nesse sentido, as importações subiram 8,1% nos 11 meses de 2014, para 3,8 milhões de toneladas.

Por outro lado, as companhias brasileiras exportaram 953 mil toneladas, ou US\$ 628 milhões, em novembro.

O salto do volume em comparação com o mesmo mês de 2013 foi de 53,2%, mas perante outubro a queda foi de 4,7%. De janeiro a novembro, as siderúrgicas venderam 8,8 milhões de toneladas ao mercado externo, aumento de 16,9%. Ainda segundo o IABr, o consumo aparente de aço no Brasil foi de 1,9 milhão de toneladas no mês passado, baixa de 11,2% tanto em relação a novembro de 2013 com a outubro deste ano. No acumulado de 2014, o consumo aparente encontra-se em 23 milhões de toneladas, caindo 6,6%.